

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA XXXXX VARA
CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX/UF**

Autos nº.

FULANO DE TAL, devidamente qualificado nos autos supramencionado vem, assistido pela DEFENSORIA PÚBLICA - NÚCLEO DE XXXXXXXX, perante este juízo, requerer a juntada de suas **RAZÕES DE APELAÇÃO**, pugnando pelo seu recebimento e, posterior, remessa ao Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para julgamento.

Termos em que, pede deferimento.

LOCAL E DATA

FULANO DE TAL

Defensor Público

RAZÕES DE APELAÇÃO

Autos nº.

**Origem - XXXXXXXX VARA CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX**

Apelante - FULANO DE TAL

Apelado - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

EGRÉGIO TRIBUNAL

INCLÍTOS JULGADORES

O apelante foi denunciado pela suposta prática do crime descrito no artigo 306, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.503/97.

Segundo o fato narrado na denúncia, a cuja leitura remetemos, no dia XXXXXXXXX, em via pública, próxima à ENDEREÇO, o apelante teria conduzido o veículo TAL, Placa , em via pública, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool (fls. 02/04).

A denúncia foi recebida em 31 de julho de 2013 (fl. 59). O apelante foi citado pessoalmente (fl. 64) e apresentou resposta à acusação à fl. 66.

Durante a instrução processual, foi ouvida apenas a testemunha FULANO DE TAL (fl. 86). O apelante foi interrogado à fls. 106/vº.

Ao final, a pretensão punitiva foi julgada procedente às fls. 122/124vº. Em síntese, considerou-se provadas autoria e materialidade.

É o relato do necessário.

Com o devido respeito à MM. Juíza “a quo”, necessária a reforma da r. sentença por não existirem provas suficientes para a manutenção da condenação penal.

A redação legal do tipo referente à embriaguez ao volante, após a edição da Lei nº 12.760/12 é a seguinte:

Art. 306. Conduzir veículo automotor com **capacidade psicomotora alterada** em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência: [\(Redação dada pela Lei nº 12.760, de 2012\)](#)

Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 1º As condutas previstas no caput serão constatadas por: [\(Incluído pela Lei nº 12.760, de 2012\)](#)

I - concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar; ou [\(Incluído pela Lei nº 12.760, de 2012\)](#)

II - sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora.

A nova lei (benéfica no ponto aqui tratado) exige prova da alteração da capacidade psicomotora. Na presente hipótese, contudo, não restou demonstrado que o apelante conduzia o veículo com sua capacidade motora alterada.

Quando ouvido em Juízo, o recorrente esclareceu que não estava embriagado, estava normal, apenas sonolento (fl. 106 vº).

Já a testemunha FULANO DE TAL (fl. 86), embora tenha afirmado que o apelante apresentava sinais de embriaguez, não demonstrou que ele conduzia veículo com a capacidade psicomotora

alterada. Pelo contrário, contou que o apelante havia dito que estava na contramão porque não conhecia aquela região. Além disso, afirmou que o apelante não estava em alta velocidade.

Com efeito, após a edição da lei 12.760/12, é necessário para compor o tipo legal prova de que o agente estivesse com a capacidade automotora alterada, o que não ficou demonstrado nos autos.

Desse modo, ausente a prova de todos os elementos do tipo, o recorrente deve ser absolvido em obediência ao “in dubio pro reo”.

A propósito, elucida o ilustre Professor Paulo Rangel:

“Portanto, estando o juiz diante de prova para condenar, mas não sendo esta suficiente, fazendo restar a dúvida, surgem dois caminhos: condenar o acusado, correndo o risco de se cometer uma injustiça, ou absolvê-lo, correndo o risco de se colocar nas ruas, em pleno convívio com a sociedade, um culpado. A melhor solução será, indiscutivelmente, absolver o acusado, mesmo que correndo o risco de se colocar um culpado nas ruas, pois, antes um culpado nas ruas do que um inocente na cadeia”. (Direito Processual Penal, 7ª edição, Ed. Lumen Júris, 2003, p.35).

Ante o exposto, requer a Defesa o conhecimento e provimento do presente apelo para que o apelante seja absolvido com fulcro no artigo. 386, VII, do CPP.

Termos em que, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL

DEFENSOR PÚBLICO